



Futuro da Tecnologia do Ambiente Construído e os Desafios Globais

Porto Alegre, 4 a 6 de novembro de 2020

## HORTAS COMUNITÁRIAS NOS VAZIOS URBANOS COMO ESTRATÉGIA DE REQUALIFICAÇÃO DE CENTROS URBANOS SUSTENTÁVEIS E SAUDÁVEIS<sup>1</sup>

LIMA, Márcia (1); NERBAS, Patrícia (2); MICHELS, Guilherme (3)

(1) UNISINOS, malima@unisinios.br

(2) UNISINOS, fnerbas@unisinios.br

(3) UNISINOS, guilhermecmichels@gmail.com

### RESUMO

*A requalificação de centros urbanos consolidados vem sendo apontada como uma medida para o desenvolvimento urbano sustentável, uma vez que impõe o desafio de refazer a cidade existente, reinventando-a, de modo inteligente e inclusivo. Neste sentido, este artigo destaca a importância da qualidade dos espaços públicos abertos para o sucesso dos projetos de requalificação dos centros urbanos, bem como a necessidade da busca de alternativas para a carência desses espaços. Assim, propõe uma discussão sobre a utilização dos vazios urbanos e dos miolos de quarteirão com áreas verdes e hortas urbanas comunitárias, considerando todos os seus possíveis benefícios ambientais, sociais e econômicos, como uma importante estratégia de requalificação de centros urbanos. As hortas urbanas tem sido apontadas como importantes espaços multiuso, não só para produzir alimentos, mas também para disponibilizar espaços de lazer, essenciais para cidades que busquem a sustentabilidade e responsividade às necessidades dos habitantes locais. Ressalta-se que esses espaços de cultivo na cidade podem trazer oportunidade de geração de renda, organização comunitária e convivência entre moradores. Concluindo, este artigo pretende fornecer subsídios para projetos de requalificação de centros urbanos, na busca da produção de cidades mais sustentáveis, saudáveis e, sobretudo, inclusivas.*

**Palavras-chave:** Requalificação de centros urbanos. Hortas urbanas. Vazios urbanos. Cidades saudáveis e sustentáveis.

### ABSTRACT

*The requalification of consolidated urban centers has been pointed out as a measure for sustainable urban development, since it imposes the challenge of remaking the existing city, reinventing it, in an intelligent and inclusive way. In this sense, this article offers the importance of the quality of open public spaces for the success of the projects of requalification of urban centers, as well as the need to search for alternatives for the lack of these spaces. Thus, it proposes a discussion on the use of urban voids and court core with green areas and urban gardens, considering all its possible environmental, social and economic benefits, as an important strategy for the requalification of urban centers. Urban gardens have been identified as important multipurpose spaces, not only to produce food, but also to provide leisure spaces, essential for cities that seek sustainability and responsiveness to the needs of local inhabitants. It is noteworthy that these spaces for cultivation in the city can provide opportunities for income*

---

<sup>1</sup> LIMA, Márcia; NERBAS, Patrícia; MICHELS, Guilherme. Hortas comunitárias nos vazios urbanos como estratégia de requalificação de centros urbanos sustentáveis e saudáveis. In: ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO, 18., 2020, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: ANTAC, 2020.

*generation, community organization and coexistence among residents. In conclusion, this article intends to provide subsidies for projects of requalification of urban centers, in the search for the production of more sustainable, healthy and, above all, inclusive cities.*

**Keywords:** *Requalification of urban centers. Urban gardens. Urban voids. Healthy and sustainable cities.*

## 1 INTRODUÇÃO

A requalificação de centros urbanos pode ser vista como uma medida para o desenvolvimento urbano sustentável, uma vez que impõe o desafio de refazer a cidade existente, reinventando-a, de modo inteligente e inclusivo (LEITE e AWAD, 2012). O autor argumenta que reciclar o território é mais inteligente do que o substituir, pois recuperar os centros urbanos consolidados pode potencializar o uso da infraestrutura existente, bem como o sistema de transportes e estoque construído, além de dinamizar o uso da área, reestruturando-a produtivamente e buscando o desenvolvimento sustentado. Nesse sentido, Leite e Awad (2012) destacam que cidades como Montreal, Barcelona, São Francisco e São Paulo buscaram a sua reinvenção, construindo cidade dentro da cidade e otimizando estruturas existentes para gerar cidades compactas e sustentáveis.

Em outros termos, Vargas e Castilho (2015) afirmam que recuperar o centro das metrópoles nos dias atuais significa, entre outros aspectos, melhorar a imagem da cidade que, ao perpetuar a sua história, cria um espírito de comunidade e pertencimento. Significa também promover a reutilização de seus edifícios e a consequente valorização do patrimônio construído, otimizar o uso da infraestrutura existente, dinamizar o comércio e gerar novos empregos. As autoras sugerem implementar ações em busca da atração de investimentos que dinamizem a economia urbana e contribuam para a melhoria da qualidade de vida. Ainda, identificam duas vertentes quanto aos objetivos de intervenção urbana entre os projetos estudados. A primeira tem o foco na melhoria das condições de vida urbana para a população residente, o reforço da identidade pelo viés cultural e a procura pela instalação de atividades econômicas que dinamizem o centro. Na segunda, o foco está em inserir seus lugares na rota do turismo através de projetos de impacto.

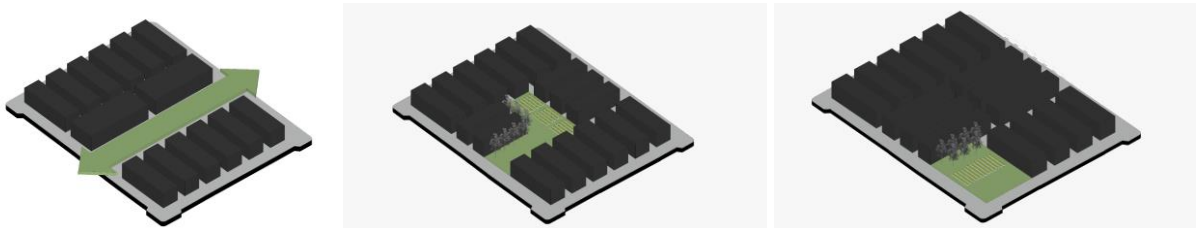
Segundo o Ministério das Cidades (2005), as requalificações de centros urbanos tem como eixo principal a melhoria das condições dos espaços públicos e das possibilidades de convivência entre as diferenças, além da adaptação das condições de identificação da população com a área central e com a história da formação da cidade. Sobre a melhoria das condições dos espaços públicos, Lynch (1980) afirma que a adequada concepção e correta implantação desses espaços públicos influencia na qualidade das relações de vizinhança e da interação social, pois é nesses espaços que os processos cotidianos se desenvolvem. Em complemento, autores (GEHL, 2015; GEHL, 2017; JACOBS, 2000) argumentam que a integração e interação social desenvolvida no espaço público pelos diferentes agentes fortalece as relações sociais e o sentimento de pertencimento ao local, o que pode ter implicações positivas para a apropriação e manutenção dos espaços públicos abertos, afetando positivamente a percepção de segurança e, consequentemente, a vitalidade urbana.

Dessa forma, é possível constatar a importância da qualidade dos espaços públicos para o sucesso dos projetos de requalificação dos centros urbanos consolidados, especialmente quando os objetivos de tal intervenção não são apenas econômicos, mas também ambientais e sociais. Entretanto, por se tratar de centros urbanos

consolidados, muitas vezes verificamos a carência de espaços públicos abertos, como praças e áreas verdes e, além disso, verificamos o foco principal na densificação construtiva e populacional do bairro como estratégia de projeto (FARR, 2013, entre outros). Por isso, torna-se necessário a busca de alternativas para a carência de espaços públicos abertos, entre elas, a alternativa de uso e otimização dos vazios urbanos e miolos de quarteirão.

Nesse sentido, uma característica de muitos centros urbanos consolidados são os vazios urbanos e os miolos de quarteirão, em função da morfologia dos parcelamentos do solo, onde os quarteirões apresentam grandes dimensões que dificultam a mobilidade urbana e criam espaços residuais subutilizados no interior destes. Segundo o Ministério das Cidades (2005), os vazios urbanos consistem em espaços subutilizados inseridos dentro da malha urbana consolidada, em uma área caracterizada por grande densidade construtiva. Esses espaços residuais no interior das quadras e suas possíveis passagens (ver Figura 1 abaixo) possuem potencial para articulação entre o espaço público e o espaço privado e, assim, intervenções urbanísticas e arquitetônicas podem surgir como agente catalisador de modificação entre as relações na cidade. Portanto, os vazios urbanos e miolos de quarteirão poderiam ser utilizados como áreas verdes, podendo contribuir para um desenvolvimento mais sustentável, em todas as suas dimensões.

Figura 1 - Exemplos de vazios urbanos com potencial para áreas verdes



Fonte: Autores (2019)

Com base no exposto, este estudo exploratório propõe uma discussão sobre a utilização dos vazios urbanos e dos miolos de quarteirão com áreas verdes e hortas urbanas comunitárias, considerando todos os seus possíveis benefícios, como uma importante estratégia de requalificação de centros urbanos consolidados (VARGAS e CASTILHO, 2015), para melhorar a qualidade de vida dos moradores e contribuir para a produção de cidades mais sustentáveis e saudáveis. Conceitos importantes, uma vez que as cidades são o palco de grande parte dos problemas ambientais, pois sabe-se que não se atingirá a sustentabilidade enquanto não mudarmos o modelo de pensar e gerir esses espaços urbanos.

## 2 ÁREAS VERDES E HORTAS URBANAS

Dentre as possibilidades de áreas verdes para as cidades, podemos destacar a agricultura urbana, praticada por meio do cultivo de hortas, como um componente essencial para melhorar a qualidade de vida nos centros urbanos (GONÇALVES, 2014; COMELLI, 2015), pois a presença de espaços verdes também pode contribuir para o bem-estar, não só físico, mas também mental, da população. Segundo a EMPRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (2009), as hortas podem ser classificadas de acordo com sua dimensão, potencial de cultivo e objetivo de exploração: hortas institucionais, comunitárias, domésticas e comerciais, que podem utilizar sistemas de produção convencional ou orgânica.

Esse artigo trata das hortas comunitárias, que são mantidas por um grupo de pessoas da comunidade, sendo cultivadas coletivamente ou sob supervisão de um responsável, podendo trazer vantagens para as comunidades, tais como desenvolvimento social, segurança alimentar, recreação e lazer, entre outros aspectos. Dessa forma, as hortas urbanas poderiam ser estratégia de ocupação desses vazios urbanos e miolos de quarteirão (SILVA, SILVA E ALEJANDRO, 2016), gerando envolvimento da comunidade e vitalidade urbana, uma vez que a gestão das hortas comunitárias depende da participação ativa da comunidade. Estudos recentes realizados em Belo Horizonte/ MG (por exemplo, ARAÚJO e SILVA, 2019) indicam que a agricultura urbana tem funcionado como uma forma de revitalização urbana com a promoção de novos usos a áreas degradadas, abandonadas e esquecidas no meio urbano, com o envolvimento e a participação comunitária. Participação que leva, segundo as autoras, a uma real apropriação do espaço urbano, essencial para o sucesso de todo espaço público. Araújo e Silva (2019) ainda destacam que a agricultura urbana tem se apresentado como alternativa de ocupação especialmente para idosos.

As hortas urbanas têm sido apontadas na literatura (por exemplo, COMELLI, 2015) como importantes espaços multiuso, não só para produzir alimentos, mas também para disponibilizar espaços de lazer, essenciais para cidades que busquem a sustentabilidade e responsividade às necessidades dos habitantes locais. Ainda, Soares (2001) argumenta sobre os benefícios dos espaços de cultivo para a cidade, por exemplo, diminuição das ilhas de calor, melhora da qualidade do ar, reaproveitamento de resíduos orgânicos e águas da chuva, promoção de uma maior biodiversidade, disponibilidade de alimentos seguros e locais, além de oportunidade de geração de renda, organização comunitária e convivência entre moradores.

Destaca-se que as hortas urbanas podem ser tratadas dentro da ideia de infraestrutura verde, que pode ser definida como uma rede de espaços verdes interconectados que conservam valores naturais de um ecossistema e que provêm benefícios às populações humanas (Coutts; Hahn, 2015 apud LOURENÇO et al., 2016). Pode ser composta por áreas verdes, praças, hortas comunitárias, entre outros. Cada vez mais são reconhecidos os efeitos benéficos que o contato com a natureza gera à saúde humana. Os efeitos positivos do contato com áreas verdes foram observados em relação à longevidade, doenças cardiovasculares, obesidade, saúde mental, qualidade do sono, recuperação de doenças, etc. Além disso, as áreas verdes possuem diversos benefícios, entre eles, diminuição de temperatura resultando em uma diminuição das ilhas de calor, aumento do escoamento superficial da água, redução de ruídos, impacto de ventos, incidência solar em pavimentos e construções, entre outros (LOURENÇO et al., 2016).

As infraestruturas verdes, além de desempenhar funções ambientais, são elementos que caracterizam a imagem da cidade, tem individualidades próprias e são elementos de composição que organizam e definem os espaços urbanos. Estudos realizados em locais residenciais, demonstraram que quanto maior o tempo gasto visitando áreas verdes, maiores foram os escores de avaliação para saúde mental. O aumento de espaços verdes, próximos ao local de residência, também estão associados a menores riscos de morbidades psiquiátricas e menores níveis de estresse. Ainda, pesquisas apontam que a exposição a áreas verdes estão associadas à melhor integração social e ao fortalecimento de laços sociais entre idosos, além da longevidade de idosos urbanos, associados a viver em áreas verdes de fácil acesso (LOURENÇO et al., 2016).

Ressalta-se que ações nesse sentido vêm sendo adotadas, por exemplo, o projeto Terrários Urbanos da prefeitura de Porto Alegre recentemente aprovado, que pretende transformar áreas residuais ociosas em espaços abertos sustentáveis de convivência. O projeto Terrários Urbanos visa estimular a permanência dos cidadãos nos espaços públicos no intuito de proporcionar locais comunitários de lazer e aumentar a segurança. A autora do projeto (ver Jornal do Comércio, 2020) afirma que o projeto foi inspirado nos Pockets Parks (mini parques) de Nova York e no Programa Centro Aberto de São Paulo. Nesse sentido, este estudo destaca que os vazios urbanos e os miolos de quarteirão poderiam ser utilizados como hortas comunitárias trazendo além dos benefícios das áreas verdes, os benefícios da produção de alimentos nos próprios bairros. Entretanto, destaca a importância de políticas públicas para viabilizar essas ações.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo trouxe inicialmente uma breve revisão da literatura em relação a requalificação de centros urbanos consolidados, vazios urbanos, miolos de quarteirão, áreas verdes e hortas urbanas. Assim, evidenciou a importância da estratégia de hortas urbanas comunitárias na ocupação dos vazios urbanos e miolos de quarteirão de centros urbanos consolidados. Essas hortas urbanas podem contribuir para o cumprimento da função social da propriedade através do aproveitamento de espaços ociosos existentes nos centros urbanos consolidados trazendo benefícios ambientais, sociais e econômicos. Nesse sentido, este estudo propõe que o uso de vazios urbanos e miolos de quarteirões com infraestrutura verde, como hortas urbanas, seja considerado 'ocupação', dispensando o percentual de taxa de ocupação mínima para o cumprimento da função social da propriedade, prevista no Estatuto da Cidade.

Conforme a literatura, a infraestrutura verde, composta por áreas verdes e hortas comunitárias, entre outros, pode ser definida como uma rede de espaços verdes interconectados que conservam valores naturais de um ecossistema e que provêm benefícios às populações humanas. Assim, cada vez mais são reconhecidos os efeitos benéficos que o contato com a natureza gera à saúde humana (LOURENÇO et al., 2016). Mais especificamente, as hortas urbanas têm sido apontadas como importantes espaços multiuso, não só para produzir alimentos, mas também para disponibilizar espaços de lazer, essenciais para cidades que busquem a sustentabilidade e responsividade às necessidades dos habitantes locais. Ressalta-se que esses espaços de cultivo na cidade podem trazer diversos benefícios, por exemplo, diminuição das ilhas de calor, melhora da qualidade do ar, reaproveitamento de resíduos orgânicos e águas da chuva, promoção de uma maior biodiversidade, disponibilidade de alimentos seguros e locais, além de oportunidade de geração de renda, organização comunitária e convivência entre moradores e usuários (COMELLI, 2015).

Destaca-se que o tema agricultura urbana vem ganhando maior importância no cenário nacional (Portaria 467/ 2018) e estadual (Lei 15.222/ 2018), o que indica que os municípios também passarão a tratar do tema com mais profundidade. Dessa forma, este estudo sugere que os municípios precisam receber orientação, apoiada em estudos específicos, para regulamentação da agricultura urbana, utilizando os instrumentos previstos no Estatuto da Cidade. Destaca-se também que podem ser estabelecidos critérios para os terrenos das hortas comunitárias, diretrizes para a estrutura física e diretrizes de conexão entre as hortas dentro e fora do bairro, bem como previsão de espaços de conscientização e educação ambiental. Estudos

anteriores (MICHELS et al, 2019) destacam a importância da regulamentação da agricultura urbana pelo poder público, tanto nos planos diretores municipais como em regulamentações específicas complementares, para fomentar, incentivar e viabilizar as hortas urbanas e periurbanas, o que poderia contribuir para cidades mais inclusivas, saudáveis, resilientes e sustentáveis.

Ainda, ressalta-se que bairros caminháveis com disponibilidade de áreas verdes apresentam, conforme estudos (FARR, 2013; SPECK, 2017, entre outros) uma valorização imobiliária significativa. Também indicam que áreas com melhor qualidade ambiental, com parques e áreas verdes, são ocupados por moradores de classes socioeconômicas mais elevadas (BALESTRO, RÉ e ZAMPIERI, 2019). Por isso, os projetos de requalificação de centros urbanos devem ter o cuidado com processos de gentrificação e, portanto, a importância de legislações urbanísticas específicas para lidar com essa questão, através dos instrumentos urbanísticos e jurídicos constantes do Estatuto da Cidade.

Concluindo, este artigo pretende fornecer subsídios para projetos de requalificação de centros urbanos consolidados, sugerindo a possibilidade da estratégia de inclusão das hortas comunitárias em vazios urbanos e miolos de quarteirão ser replicada, considerando todos os seus possíveis benefícios apontados pela literatura. Dessa forma, busca-se melhorar a qualidade de vida dos moradores e usuários dos centros urbanos consolidados, além de contribuir para a produção de cidades mais sustentáveis, saudáveis e, sobretudo, inclusivas. Outras lacunas, como valor do solo urbano, zonas excessivamente sombreadas pela densificação urbana e gestão dos processos envolvidos foram identificadas como desafios à implementação de hortas nos vazios urbanos. Portanto, outras pesquisas devem incluir estas variáveis não exploradas neste estudo.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Juliana Moraes; SILVA, Luciana Bosco e. Agricultura urbana e apropriação do espaço em Belo Horizonte, MG. In: Congresso Brasileiro de Arquitetos, 21., 2019. **Anais...** Porto Alegre: CBA, 2019.

BALESTRO, Fernanda; RÉ, Francisco Cenzi de; ZAMPIERI, Fábio Lúcio Lopes. Avaliação da acessibilidade a parques urbanos para o município de Porto Alegre. In: Congresso Brasileiro de Arquitetos, 21., 2019. **Anais...** Porto Alegre: CBA, 2019.

COMELLI, J.P. **Agricultura urbana: contribuição para a qualidade ambiental urbana e desenvolvimento sustentável. Estudo de Caso – hortas escolares no município de Feliz/RS.** Dissertação de mestrado. Engenharia. NORIE/ UFRGS. Porto Alegre, 2015.

EMBRAPA. **Hortas: o produtor pergunta, a Embrapa responde.** Brasília/DF: Embrapa Informação Tecnológica. 2009.

FARR, Douglas. **Urbanismo sustentável: desenho urbano com a natureza.** Portore: Bookman, 2013.

GEHL, J. **Cidades para as pessoas.** São Paulo: Perspectivas, 2015.

GEHL, Jan. **A vida entre edifícios: usando o espaço público.** Lisboa: 1º edição, 2017.

GONÇALVES, R. G. G. **Hortas Urbanas – Estudo de Caso de Lisboa.** Dissertação de mestrado. Engenharia. Instituto Superior de agronomia. Universidade de Lisboa. Portugal, 2014.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades.** São Paulo: Martins Fontes, 2000.

Jornal do Comércio. **Áreas vazias vão dar espaço a locais de lazer em Porto Alegre.** <https://www.jornaldocomercio.com/conteudo/geral/2020/07/750342-areas-vazias-vaio-dar-espaco-a-locais-de-lazer-em-porto-alegre.html?fbclid=IwAR1Qp->



9TCKE9WrtjXQkwYhaixAANmxpeTWOqmnw2xbXDi7MHUJMZOoa-w#.Xy1\_THYA7cA.facebook. Publicado em 06/08/2020.

LEITE, Carlos; Awad, Juliana di Cesare Marques. **Cidades sustentáveis, cidades inteligentes: desenvolvimento sustentável num planeta urbano**. Porto Alegre: Bookman, 2012.

LERNER, Jaime. **Acupuntura urbana**. 3ªEd. Rio de Janeiro: Record, 2005.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

LOURENÇO, Luís F. A.; MOREIRA, Tiana C. L.; ARANTES, Bruna L. De; FILHO, Demóstenes F. Da S. e MAUAD, Thais. **Metrópoles, cobertura vegetal, áreas verdes e saúde**. Estudos Avançados, n. 30 (86), 2016.

MICHELS, Guilherme Cipriano.; UTZIG, Ana Paula; LIMA, Márcia Azevedo de; NERBAS, Patrícia de Freitas. Agricultura urbana e legislação urbanística nos municípios da RMPA. In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 18., 2019. **Anais...** Natal: Enanpur, 2019.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Reabilitação de centros urbanos**. Coord. Geral de Raquel Rolnik e Renato Balbim. Brasília: 2005. Disponível em: <http://www.capacidades.gov.br/biblioteca/detalhar/id/171/titulo/reabilitacao-de-centros-urbanos-3>.

ROGERS, Richard. **Cidades para um pequeno planeta**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2001.

SILVA, Geovany Jessé Alexandre da; SILVA, Samira Elias; ALEJANDRO, Carlos. **Densidade, dispersão e forma urbana. Dimensões e limites da sustentabilidade habitacional**. Arqitextos Vitruvius, São Paulo, ano 16, n. 189.07, fev, 2016.

SOARES, A. C. O. **A multifuncionalidade da agricultura familiar**. Revista Proposta. Rio de Janeiro: FASE. n. 87, p. 40-49, dez-fev, 2001.

SPECK, Jeff. **Cidade caminhável**. São Paulo: Perspectiva, 2017.

VARGAS, Heliana Comin e CASTILHO, Ana Luiza H. (org.). **Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados**. 3ª Edição. Barueri/ SP: Ed. Manole, 2015.